



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**Resolução TC nº 48, de 19 de dezembro de 2018**

**ANEXO XVIII**

**DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE**

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 16100352-7			
1. Em caso de atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias por parte dos órgãos e entidades da administração municipal, valer-se das medidas administrativas e judiciais para cobrança dos valores devidos, com os acréscimos pecuniários previstos em lei;	Implementada	Compromisso entre o Gestor Municipal e Fundo Previdenciário em repassar as contribuições previdenciárias integralmente no prazo legal;	
2. Nas prorrogações contratuais, realizar pesquisa de mercado que venha a comprovar que o contratado oferece os preços e as condições de	Implementada	Mantendo a realização de Pregão Presencial.	



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

pagamento mais vantajosas para a administração pública;			
3. Realizar reavaliação atuarial do RPPS anualmente;	Implementada	Realizada anualmente.	
4. Providenciar o registro de forma individualizada das contribuições previdenciárias dos servidores, conforme exigência contida no artigo 18 da Portaria MPAS nº 402/2008;	Não Implementada	Solicitado ao departamento de pessoal.	Aguardando retorna da solicitação.
5. Adequar as aplicações financeiras dos recursos do Fundo ao disposto na Resolução CMN nº 3.922/2010.	Implementada	Mantendo aplicação.	